



NOTA TÉCNICA

Nota Técnica do Projeto Desenvolvimento de Instrumentos e Atualização dos Indicadores de Apoio à Gestão de Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda. Convênio MTE/SPPE/CODEFAT nº 003/2014 – DIEESE / SICONV nº 811485/2014

Junho de 2016

Intermediação de Mão de Obra: Análise de Indicadores Selecionados do Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda 2015

Presidente da República

Michel Temer

Ministro do Trabalho

Ronaldo Nogueira

Secretário de Políticas Públicas de Emprego (SPPE)

Leonardo José Arantes

Secretário Nacional de Economia Solidária (Senaes)

Natalino Oldakoski

Secretário de Relações do Trabalho (SRT)

Carlos Cavalcante de Lacerda

Ministério do Trabalho

SPPE - Esplanada dos Ministérios - Bl. F Sede

3º andar - Sala 300 - Tel.: 61 2031-6264

Senaes - Esplanada dos Ministérios - Bloco F Sede

3º andar - Sala 331 - Tel.: 61 2031-6533/6534

SRT - Esplanada dos Ministérios - Bloco F Sede

4º andar - Sala 449 - Brasília - DF

Tel.: 61 2031-6651/6068

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
Escritório Nacional: rua Aurora, 957 - Centro - São Paulo - CEP 01209-001
Tel.: 11 3874-5366 - 3821-2199 - www.dieese.org.br

Direção Executiva

Presidente: Zenaide Honório - Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de SP

Vice-presidente: Luís Carlos De Oliveira - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo Mogi das Cruzes e Região - SP

Diretor Executivo: Alceu Luiz dos Santos - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

Diretor Executivo: Alex Sandro Ferreira da Silva - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP

Diretor Executivo: Bernardino Jesus de Brito - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de SP

Diretora Executiva: Cibele Granito Santana - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas - SP

Diretor Executivo: Josinaldo José de Barros - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

Diretora Executiva: Mara Luzia Feltes - Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do RS

Diretora Executiva: Maria das Graças de Oliveira - Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de PE

Diretor Executivo: Nelsi Rodrigues da Silva - Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

Diretor Executivo: Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa - Sindicato dos Eletricitários da Bahia

Diretora Executiva: Raquel Kacelnikas - Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

Diretor Executivo: Roberto Alves da Silva - Federação dos Trabalhadores em Serviços de Asseio e Conservação Ambiental Urbana e Áreas Verdes do Estado de SP

Direção Técnica

Diretor técnico: Clemente Ganz Lúcio | **Coordenadora executiva:** Patrícia Pelatieri | **Coordenadora administrativa e financeira:** Rosana de Freitas | **Coordenador de educação:** Nelson de Chueri Karam | **Coordenador de relações sindicais:** José Silvestre Prado de Oliveira | **Coordenador de atendimento técnico sindical:** Airton Santos | **Coordenadora de estudos e desenvolvimento:** Angela Maria Schwengber

Equipe técnica

Gustavo Plínio Paranhos Monteiro | Pedro dos Santos Bezerra Neto | Fernando Adura Martins | Guilherme Silva Araújo | Rodrigo Fernandes Silva | Gustavo Sawaya Amaral Gurgel | Laender Valério Batista | Paulo Jager | Vinícius Bredariol | Thomas Gomes Cohen (auxiliar técnico) | Edgard Rodrigues Fusaro |

INTRODUÇÃO

A principal atribuição do Sistema Nacional de Emprego (Sine), desde a data da sua criação, em 1975, é a Intermediação de Mão de Obra (IMO), um dos itens que compõe o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda. A execução da política pública de intermediação de mão de obra é descentralizada e ocorre por intermédio de convênios com governos estaduais e municipais por meio de postos de atendimento do Sine. Suas ações são financiadas com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) é a instância que estabelece suas normas e diretrizes.

A justificativa teórica original para a existência dos serviços de intermediação de mão de obra foi concebida nos países desenvolvidos. Esse tipo de serviço poderia corrigir certas imperfeições do mercado de trabalho, especificamente, os desajustes temporários entre oferta e demanda de trabalho que ocorrem em economias avançadas (BRASIL, 2015a).

Esse descompasso entre oferta e demanda seria uma fonte de ineficiência, ao mesmo tempo em que causaria o desemprego friccional entre os trabalhadores. O desemprego friccional ocorre como resultado da mobilidade de mão de obra, em uma economia operando em níveis próximos ao pleno emprego. Ele se manifesta durante o período de tempo em que o trabalhador busca uma colocação (ou, recolocação) no mercado de trabalho. Os serviços de intermediação de mão de obra propiciariam, desse modo, um canal de conexão entre a oferta e a procura por trabalho, criando condições para que se abreviasse o tempo de busca por emprego (ou por força de trabalho, no caso dos empregadores). Conseqüentemente, esses serviços ajudariam a reduzir o desemprego friccional.

No caso brasileiro, os serviços de intermediação apresentam um papel diferente do que ocorre em países desenvolvidos, principalmente porque aqui a economia não opera no nível de pleno emprego (MATTOS e LIMA, 2015). Por isso, o desemprego friccional não é o principal componente do desemprego no Brasil. Além disso, os serviços de intermediação de mão de obra enfrentam uma série de desafios em um mercado de trabalho como o brasileiro, marcado pelo excesso de mão de obra de baixa qualificação, pela elevada rotatividade dos postos de trabalho e pela alta proporção de trabalhadores não assalariados e informais, que são fonte de constante pressão para o mercado de trabalho formal.

Esses fatores permitem que os empregadores tenham facilidade em encontrar mão de obra para postos de trabalho que exigem baixa qualificação, sem a ajuda de serviços de intermediação, o que explicaria, ao menos em parte, porque a captação e o preenchimento de vagas pelo Sine são relativamente baixos. Para os postos de trabalho mais qualificados, as técnicas de seleção são mais sofisticadas e as empresas usualmente contratam os serviços de agências de emprego privadas. A extensão geográfica e as desigualdades regionais também limitam a atuação do Sine. Quanto maior a mobilidade dos trabalhadores, mais

intencões de contratação se realizam, mesmo em situações em que a oferta de mão de obra local seja insuficiente. As proporções continentais do território brasileiro, porém, impõem barreiras à mobilidade geográfica dos trabalhadores (MORETTO, 2007). Se, por um lado, o desafio do Sine no Brasil não é resolver a questão do desemprego friccional, suas ações podem, por outro lado, contribuir para fortalecer o mercado formal de trabalho, reduzir a informalidade e ajudar no combate ao desemprego estrutural. Os postos de atendimento do Sine também se destacam como espaços privilegiados para a integração de diferentes políticas públicas de emprego e de desenvolvimento: é para esses postos que convergem os interessados nos serviços de Intermediação de Mão de Obra e os trabalhadores que vão requisitar o Seguro-Desemprego¹. Alguns deles também são encaminhados, a partir desses postos, para programas de qualificação de mão de obra. Adicionalmente, o cadastramento de trabalhadores e de empresas, realizado pelo Sine, oferece uma fonte potencialmente rica em estatísticas a respeito do mercado de trabalho.

Na busca por uma vaga de emprego, a maioria dos trabalhadores utiliza suas redes pessoais de contato (parentes, amigos, vizinhos etc.). Mas nem todos têm igual acesso a esse tipo de informação, seja porque suas redes de contato são menos eficazes em termos das informações que por ela circulam, seja porque a posição do indivíduo na rede é menos favorável que a de outras pessoas (GUIMARÃES, 2009; DIEESE, 2008). Por isso, os serviços de intermediação de mão de obra têm um importante papel em conectar os trabalhadores em situação mais vulnerável - e que, em geral, não dispõem de redes de contato privilegiadas no mercado de trabalho - a empregos melhores e mais produtivos.

Apesar de também prestar um serviço aos contratantes² a atuação do Sine é voltada para o trabalhador e seu principal objetivo é garantir que todo indivíduo, que assim o deseje, obtenha um emprego formal no menor espaço de tempo possível, com atenção especial aos grupos que têm maior dificuldade de inclusão, como jovens de baixa renda, mulheres, pessoas com deficiência, afrodescendentes e desempregados de longa duração.

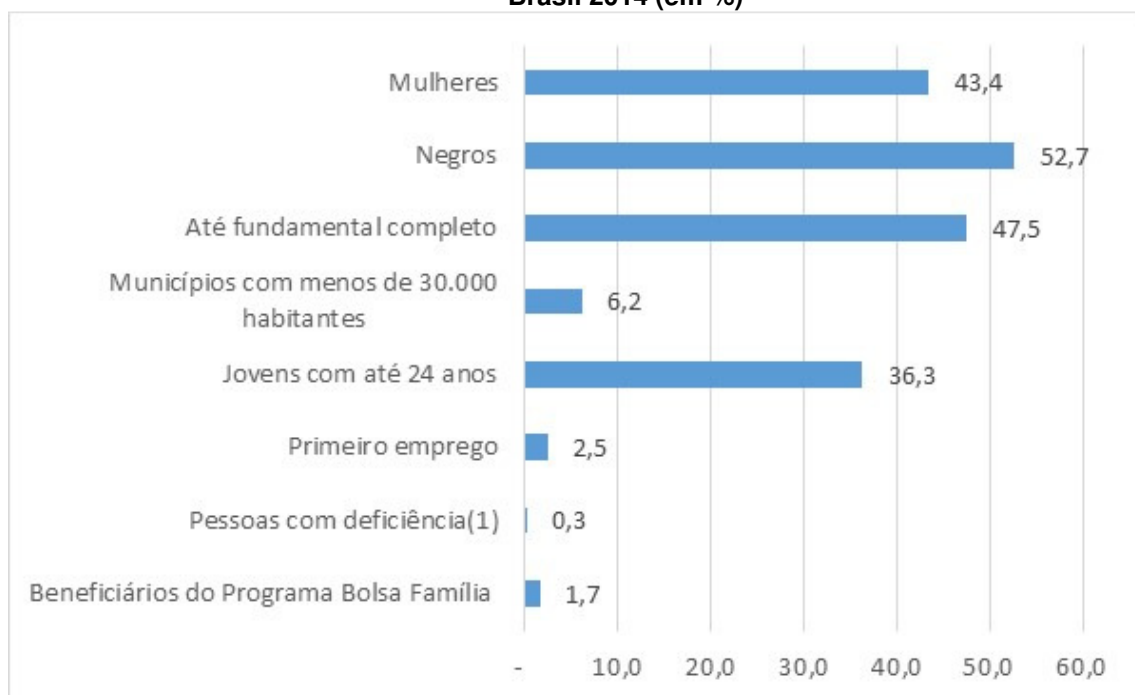
Devido a esse objetivo, em 2014, mais da metade dos trabalhadores inscritos no Sine eram negros (52,7%) e 43,4% eram mulheres; 1,7% eram beneficiários do Programa Bolsa Família; 2,5% estavam em busca do primeiro emprego formal e 0,3% declararam alguma

¹ Em 2014, 80,9% das solicitações de seguro-desemprego formal foram realizadas nos postos do Sine - Tabela 7 do Livro do Seguro Desemprego (DIEESE, 2015, p. 35).

² “O sistema de intermediação de mão de obra promove benefícios para o desempregado, a empresa e a sociedade no momento em que o preenchimento de uma vaga é efetuado no menor tempo, com o menor custo e a melhor qualidade. Um sistema de intermediação que busca a melhor qualidade deve procurar inserir o desempregado na vaga mais adequada aos seus atributos, implicando sua maior produtividade e adaptação, aumentando-lhe a probabilidade de uma maior renda e maior tempo de permanência no emprego. Menor tempo de colocação, por outro lado, provoca menor perda de renda para o trabalhador; menores custos de recrutamento e aumento de produtividade para a empresa; e menor uso de outros serviços públicos e de parcelas do seguro-desemprego, no caso de estar sendo utilizado. Este é o motivo porque o desenho do seguro-desemprego compreende, nos países centrais, desde a sua origem, a associação entre os serviços de seguro-desemprego, capacitação de curta duração e intermediação de mão de obra” (CACCIAMALI, 2005, p. 86).

deficiência (Gráfico 1). O Sine atende a todas as pessoas que buscam uma colocação (ou recolocação) no mercado de trabalho – desempregados, jovens em busca do primeiro emprego ou ocupados que desejam uma nova colocação.

GRÁFICO 1
Proporção de inscritos, segundo características do público vulnerável
Brasil 2014 (em %)



Fonte: MTb. Sine

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Não inclui os registros sem declaração de deficiência

Obs.: a) Negros = pretos e pardos; b) Não incluídos registros sem declaração de cor e raça

Um desafio adicional que se apresenta é a atual conjuntura econômica desfavorável. A elevação da taxa de desemprego e o fechamento de postos de trabalho impõem um limite à atuação dos serviços de intermediação, uma vez que reduzem a quantidade de vagas disponíveis no mercado de trabalho.

Diante desse quadro de desafios e limitações, o Sine pode intensificar sua atuação a partir de, basicamente, duas frentes: (i) fazer com que os empregadores e os trabalhadores usem com mais frequência os serviços de intermediação da mão de obra³, ao aprimorar as ações de intermediação (tratamento diferenciado para os trabalhadores com alto risco de desemprego de longa duração, atividades de assessoria para as empresas e de orientação para os trabalhadores) ou (ii) aumentar a integração entre as políticas de emprego ao fazer

³ Segundo pesquisa de opinião sobre o Seguro-Desemprego, 34% dos beneficiários desconheciam a existência do Sine e 27% o conheciam, mas nunca se cadastraram (MARINHO et al., 2010).

a ponte entre, por exemplo, o seguro-desemprego e a qualificação profissional, os programas de geração de renda com a orientação profissional ou, ainda, ao integrar essas políticas com a própria intermediação de mão de obra⁴ (LOBO e ANZE, 2014).

A introdução das tecnologias de informação e comunicação abriu a possibilidade de melhorar enormemente a difusão e a eficiência das agências de intermediação. Ciente disso, em 2010, o Ministério do Trabalho implementou um novo sistema (Sistema Mais Emprego) e, no ano seguinte, lançou o Portal Mais Emprego⁵, que reúne, em um único lugar, as informações sobre trabalhadores e vagas disponibilizadas nas agências de emprego Sine por todo o país. Com essas medidas, o cadastro de vagas e inscritos ficou disponível para todos os postos de atendimento do Sine espalhados pelo Brasil e os trabalhadores passaram a ter acesso a um serviço de auto-encaminhamento às vagas por meio do portal.

Esta Nota Técnica conta com quatro seções, além desta introdução. As três próximas seções, chamam a atenção para alguns dos principais dados a respeito do perfil dos inscritos, encaminhados e colocados pelo Sine, do perfil das vagas oferecidas pelo Sine e dos encaminhamentos de candidatos às vagas. A última seção traz algumas considerações levantadas com base nas informações apresentadas.

As informações analisadas nesta Nota Técnica provêm da publicação “Anuário da Intermediação de Mão de Obra”, parte integrante do convênio “Desenvolvimento de Instrumentos e Atualização dos Indicadores de Apoio à Gestão de Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda” desenvolvido em parceria entre o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) com o Ministério do Trabalho (MTb) e financiado com os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). O período da análise busca atualizar as informações trabalhadas nos convênios anteriores (2007 a 2011) e limita-se às informações disponíveis até o momento da publicação do Anuário.

⁴ De fato, além de estar relacionada com o desempenho positivo do mercado de trabalho, a eficiência dos serviços de intermediação depende da articulação com outras políticas (IE-CESIT/ UNICAMP, 2005).

⁵ Disponível em: <<http://www.maisemprego.mte.gov.br/>>.

PERFIL DOS INSCRITOS, ENCAMINHADOS⁶ E COLOCADOS PELO SINE

As principais etapas da execução do serviço de intermediação de mão de obra são (i) a inscrição de trabalhadores no banco de dados, (ii) a captação de vagas junto aos empregadores e (iii) o encaminhamento dos trabalhadores inscritos para as vagas captadas⁷. Em 2014, o Sine registrou um total de 2,7 milhões de vagas ofertadas e 6,2 milhões de inscritos nos serviços de intermediação⁸. Do total de inscritos, 93,6% foram encaminhados para alguma das vagas ofertadas, mas a taxa de colocação foi relativamente baixa: apenas 11,0% dos candidatos inscritos foram efetivamente colocados (ou realocados) no mercado de trabalho. Ou seja, em 2014, foram realizadas 684.330 admissões por meio do serviço público de intermediação de mão de obra, o que representa 2,5% do total de admissões registradas no mercado de trabalho nesse mesmo ano (27,8 milhões)⁹ (Tabela 1).

⁶ Adotou-se o termo “encaminhados” embora esse termo se refira, rigorosamente, aos *encaminhamentos* às vagas. Cada trabalhador inscrito pode ser encaminhado para uma ou mais vagas diferentes. Assim, em 2014, foram realizados 5,8 milhões de *encaminhamentos*, mas o número de *encaminhados* foi de 2.920.027. Ou seja, cada trabalhador foi encaminhado, em média, para duas vagas, o que corresponderia a dois encaminhamentos.

⁷ Para uma consideração mais detalhada do fluxo de trabalho da política de intermediação de mão de obra, ver GABINETE – SECRETARIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO, 2014.

⁸ Em 2014, a estimativa era de que havia 7,3 milhões de desocupados. No mesmo ano, foram registrados 26,5 milhões de desligamentos de vínculos de emprego formal - Tabelas 12 e 43 do Livro do Mercado de Trabalho (DIEESE, 2015b, p. 39 e 80).

⁹ Número total de admissões extraído da Tabela 43 do Livro do Mercado de Trabalho (DIEESE, 2015b, p. 80). Essa razão é diferente da Taxa de Admissão, que é a proporção de colocações via Sine em relação ao total de admissões celetistas registradas pelo Caged, excluídas as transferências. A meta para o ano de 2014 era ampliar essa taxa para 5%. No entanto, segundo relatório do FAT, em 2014, a taxa de admissão foi de 3,1% (BRASIL, 2015b).

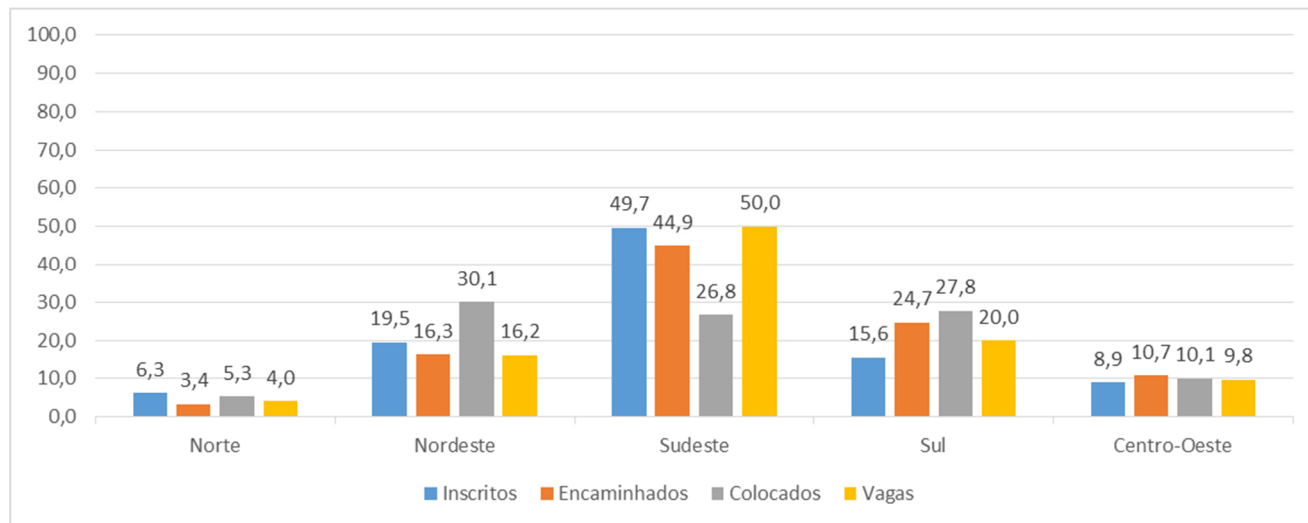
TABELA 1
Número e distribuição dos inscritos, encaminhados, colocados e das vagas
Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2014 (em nos absolutos)

Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Inscritos		Encaminhados		Colocados		Vagas	
	Em n ^{os} abs.	Em %	Em n ^{os} abs.	Em %	Em n ^{os} abs.	Em %	Em n ^{os} abs.	Em %
Norte	389.898	6,3	195.869	3,4	36.282	5,3	109.593	4,0
Acre	15.701	0,3	5.114	0,1	605	0,1	1.936	0,1
Amapá	15.708	0,3	2.643	0,0	62	0,0	2.276	0,1
Amazonas	86.058	1,4	29.875	0,5	8.495	1,2	34.474	1,3
Pará	166.723	2,7	33.552	0,6	6.931	1,0	22.602	0,8
Rondônia	50.174	0,8	28.748	0,5	5.048	0,7	10.362	0,4
Roraima	10.461	0,2	10.273	0,2	997	0,1	1.717	0,1
Tocantins	45.073	0,7	85.664	1,5	14.144	2,1	36.226	1,3
Nordeste	1.216.912	19,5	949.413	16,3	205.971	30,1	438.782	16,2
Alagoas	69.496	1,1	35.148	0,6	18.499	2,7	31.535	1,2
Bahia	372.269	6,0	327.793	5,6	65.796	9,6	128.590	4,7
Ceará	183.791	2,9	285.356	4,9	84.206	12,3	145.723	5,4
Maranhão	112.217	1,8	25.525	0,4	9.600	1,4	14.732	0,5
Paraíba	80.734	1,3	50.736	0,9	7.404	1,1	28.678	1,1
Pernambuco	201.270	3,2	173.700	3,0	16.695	2,4	64.026	2,4
Piauí	64.927	1,0	12.775	0,2	1.112	0,2	8.366	0,3
Rio Grande do Norte	70.678	1,1	21.768	0,4	1.688	0,2	8.427	0,3
Sergipe	61.530	1,0	16.612	0,3	971	0,1	8.705	0,3
Sudeste	3.099.182	49,7	2.621.402	44,9	183.282	26,8	1.358.581	50,0
Espírito Santo	127.645	2,0	95.298	1,6	6.010	0,9	44.164	1,6
Minas Gerais	611.689	9,8	568.443	9,7	48.412	7,1	177.815	6,5
Rio de Janeiro	439.336	7,0	248.347	4,3	21.430	3,1	223.384	8,2
São Paulo	1.920.512	30,8	1.709.314	29,3	107.430	15,7	913.218	33,6
Sul	970.023	15,6	1.443.352	24,7	189.906	27,8	543.632	20,0
Paraná	378.151	6,1	880.043	15,1	128.265	18,7	321.797	11,8
Rio Grande do Sul	364.175	5,8	405.964	7,0	45.236	6,6	154.660	5,7
Santa Catarina	227.697	3,7	157.345	2,7	16.405	2,4	67.175	2,5
Centro- Oeste	556.631	8,9	626.633	10,7	68.889	10,1	265.004	9,8
Distrito Federal	139.957	2,2	163.568	2,8	11.910	1,7	70.909	2,6
Goiás	220.937	3,5	237.365	4,1	20.621	3,0	96.546	3,6
Mato Grosso	110.173	1,8	99.602	1,7	19.359	2,8	53.634	2,0
Mato Grosso do Sul	85.564	1,4	126.098	2,2	16.999	2,5	43.915	1,6
Brasil⁽¹⁾	6.232.872	100,0	5.836.673	100,0	684.330	100,0	2.715.620	100,0

Fonte: MTb. Sine. Elaboração: DIEESE

Obs.: O total inclui os registros ser informação de município do posto

GRÁFICO 2
Distribuição dos inscritos, encaminhados, colocados e vagas
Grandes Regiões - 2014 (em %)

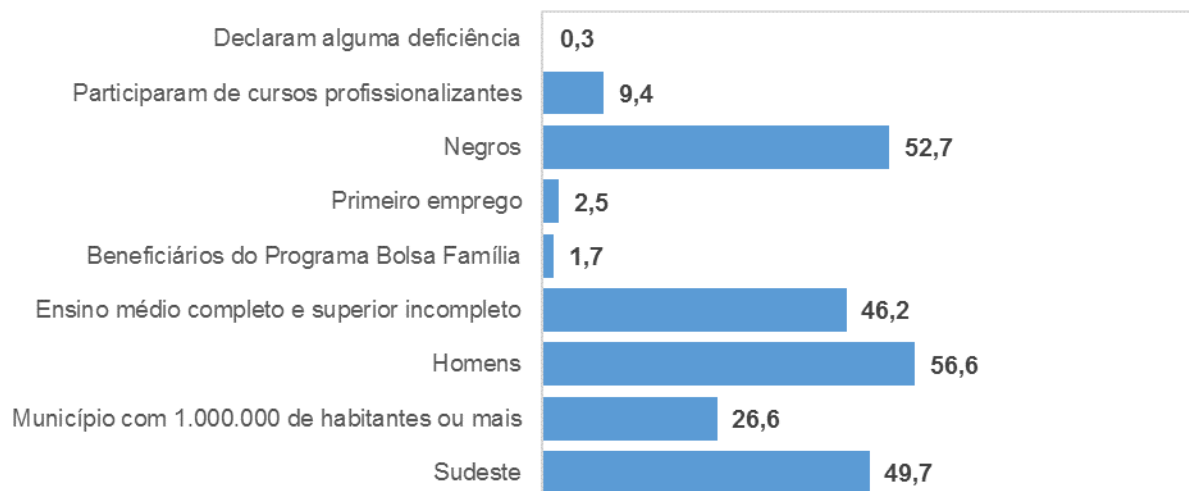


Fonte: MTb.. Coordenação do Sine

Elaboração: DIEESE

As discrepâncias na distribuição de inscritos, encaminhados, colocados e vagas entre as regiões refletem os limites que a extensão continental do país impõe à intermediação de mão de obra. Embora metade das vagas estivessem concentradas na região Sudeste (1,4 milhões de vagas), apenas 26,8% dos colocados estavam nessa região (183,3 mil colocados). A região com maior quantidade de trabalhadores colocados foi a Nordeste, responsável por 206,0 mil colocações, ou seja, 30,1% de todas as colocações no país. Os municípios entre 30 mil e 100 mil habitantes se destacaram por terem participado com 28,1% das colocações, superando o número registrado nos municípios com mais de um milhão de habitantes, embora esses últimos tenham apresentado total maior de inscritos (Tabela 1 e Gráfico 2).

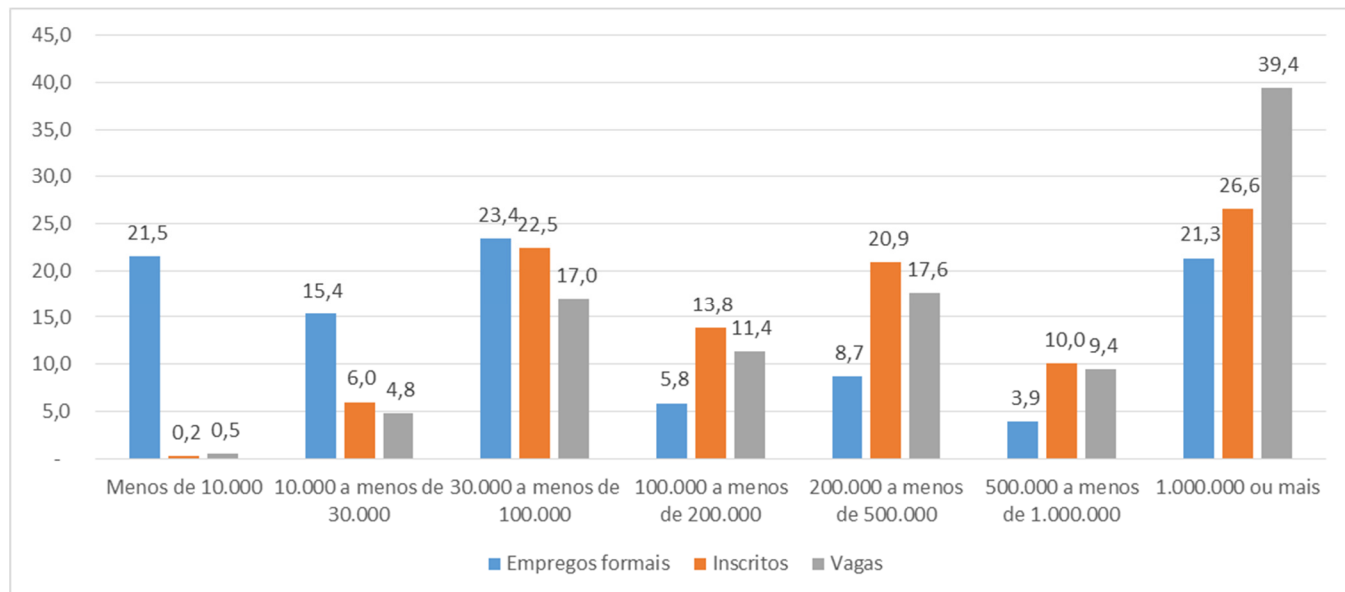
GRÁFICO 3
Proporção de inscritos, segundo características selecionadas
Brasil - 2014 (em %)



Fonte: MTb. Sine
Elaboração: DIEESE

Tanto os inscritos quanto as vagas do Sine se concentram em regiões de maior densidade populacional. A região Sudeste concentrou 49,7% dos inscritos e metade das vagas (Gráfico 3). Os municípios com um milhão de habitantes ou mais, embora empregassem 21,3% da força de trabalho formal, concentravam 26,6% dos inscritos e 39,4% das vagas. De fato, o Gráfico 4 mostra que os inscritos e as vagas do Sine têm uma concentração relativa nos municípios com as maiores aglomerações populacionais. Em contrapartida, os municípios com menos de 30 mil habitantes, onde estão empregados 36,9% dos trabalhadores formais do país, registraram apenas 6,2% das inscrições e 5,3% das vagas. Em outras palavras, os menores municípios têm menor cobertura dos serviços de intermediação de mão de obra do Sine.

GRÁFICO 4
Distribuição dos empregos formais e das vagas e inscritos
no Sine, por classe de município - Grandes Regiões - 2014 (em %)

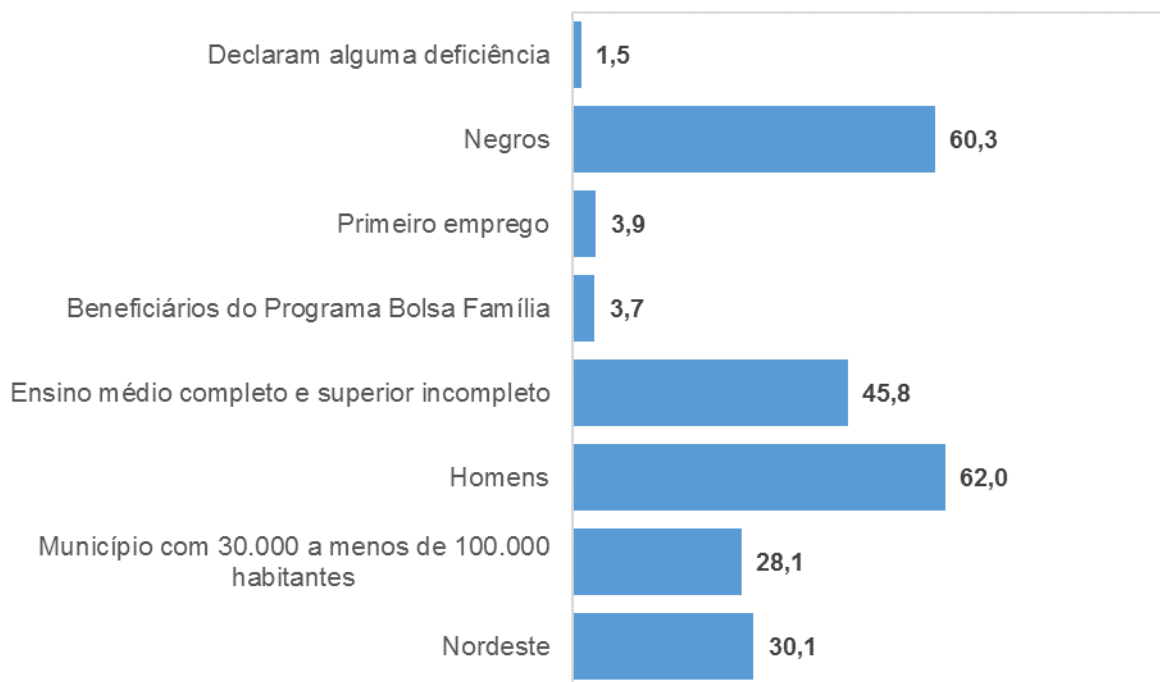


Fonte: MTb. Rais; Sine
 Elaboração: DIEESE

Apenas 2,5% dos inscritos no Sine, isto é, 156,5 mil pessoas, estavam à procura do primeiro emprego. Entre todos os colocados, 3,9% estavam entrando pela primeira vez no mercado formal de trabalho, ou seja, 26,7 mil trabalhadores. Esses números indicam uma procura relativamente baixa dos serviços do Sine para a inserção no mercado de trabalho formal (Gráfico 5)¹⁰.

¹⁰ Em 2014, foram registradas 2,7 milhões de admissões em primeiro emprego formal, somente entre os jovens de 14 a 29 anos - Tabela 19 do Livroto da Juventude (DIEESE, 2015, p. 50).

GRÁFICO 5
Proporção dos colocados, segundo características predominantes
Brasil - 2014 (em %)



Fonte: MTb. Sine
Elaboração: DIEESE

A maioria dos 6,2 milhões de inscritos na intermediação de mão de obra são homens (56,6%) e estão na faixa entre 14 e 29 anos (53,0%)¹¹. Quase metade dos inscritos tinha ensino médio completo ou superior incompleto (46,2%). Chama atenção as diferenças entre mulheres e homens inscritos, no que se refere à escolaridade. Entre os analfabetos, 80,4% são homens. Mas a predominância de homens cai conforme se avança para as faixas de maior escolaridade. Entre os inscritos com maior escolaridade, as mulheres são maioria. Elas eram 50,5% dos inscritos com ensino médio completo e 59,6% dos que possuíam superior completo (Tabela 2).

¹¹ Conforme Tabela 12 do Livroto da Intermediação de Mão de Obra (DIEESE, 2015d, p. 30).

TABELA 2
Distribuição dos inscritos, encaminhados e colocados
por sexo, segundo escolaridade
Brasil - 2014 (em %)

Escolaridade	Inscritos				Encaminhados			Colocados				
	Homens	Mulheres	Total	Total (em n ^{os} abs.)	Homens	Mulheres	Total	Total (em n ^{os} abs.)	Homens	Mulheres	Total	Total (em n ^{os} abs.)
Analfabeto	80,4	19,6	100,0	64.909	74,4	25,6	100,0	21.211	88,3	11,7	100,0	9.986
Fundamental incompleto	69,4	30,6	100,0	1.367.774	59,2	40,8	100,0	946.886	72,3	27,7	100,0	145.950
Fundamental completo e médio incompleto	61,6	38,4	100,0	1.526.170	59,6	40,4	100,0	1.591.853	65,9	34,1	100,0	198.840
Ensino médio completo e superior incompleto	49,5	50,5	100,0	2.879.800	53,2	46,8	100,0	3.099.548	55,0	45,0	100,0	313.719
Superior completo	40,4	59,6	100,0	394.204	44,5	55,5	100,0	177.174	39,3	60,7	100,0	15.835
Total⁽¹⁾	56,6	43,4	100,0	6.232.872	55,7	44,3	100,0	5.836.673	62,0	38,0	100,0	684.330

Fonte: MTb. Sine

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) O total inclui os registros sem informação de município do posto e sem declaração de escolaridade

Essa diferença na escolaridade entre homens e mulheres não parece ser relevante para explicar a vantagem que os homens têm sobre as mulheres para conseguir uma colocação. Com exceção da faixa do ensino superior completo, em todas as demais, a proporção de homens colocados é superior à de homens inscritos. Como resultado, em 2014, embora a proporção de homens no total de inscritos tenha sido de 56,6%, eles ocuparam 62,0% de todas as vagas preenchidas. Portanto, há evidências de que o Sine reproduz de alguma maneira, as discriminações de gênero que já existem no mercado de trabalho.

PERFIL DAS VAGAS OFERECIDAS PELO SINE

A maioria das 2,7 milhões de vagas oferecidas por intermédio do Sine, em 2014, estava no setor de serviços (51,2%), sendo que mais da metade delas se concentravam em atividades administrativas e serviços complementares. O setor de comércio ficou em segundo lugar, tendo sido responsável por 21,1% do total de vagas oferecidas. Já o agrícola teve a menor participação: contribuiu com apenas 2,2% das vagas ofertadas (Tabela 3).

TABELA 3
Número e distribuição das vagas ofertadas por setor de atividade
Brasil - 2014

Atividade	Em n ^{os} abs.	Em %
Agricultura	59.161	2,2
Indústria	442.685	16,3
Indústrias extrativas	4.398	0,2
Indústrias de transformação	429.093	15,8
Eletricidade e gás	500	0,0
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	8.694	0,3
Construção	251.255	9,3
Comércio	573.444	21,1
Serviços	1.389.075	51,2
Transporte, armazenagem e correio	93.325	3,4
Alojamento e alimentação	222.868	8,2
Informação e comunicação	45.187	1,7
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	13.809	0,5
Atividades imobiliárias	8.645	0,3
Atividades profissionais, científicas e técnicas	65.891	2,4
Atividades administrativas e serviços complementares	714.473	26,3
Administração pública, defesa e seguridade social	11.723	0,4
Educação	43.333	1,6
Saúde humana e serviços sociais	47.457	1,7
Artes, cultura, esporte e recreação	16.196	0,6
Outras atividades de serviços	44.845	1,7
Serviços domésticos	3.792	0,1
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	57.531	2,1
Total	2.715.620	100,0

Fonte: MTb. Sine

Elaboração: DIEESE

Nem todas as vagas ofertadas têm exigências de idade ou de escolaridade mínima. Em 2014, quase um quinto delas (19,0%) não incluía esse requisito. Além disso, quando se compara o total de vagas de emprego com a força de trabalho, há um excesso relativo daquelas destinadas aos trabalhadores que têm ensino fundamental completo. Enquanto 31,8% das vagas exigiam essa formação, apenas 24,5% dos inscritos estavam nessa faixa de escolaridade. Por outro lado, apenas 0,8% das vagas ofertadas requisitavam superior completo, apesar de 6,3% dos inscritos se qualificarem para essas vagas. Ou seja, há um excesso relativo de vagas para o nível de ensino fundamental e escassez relativa de vagas para os níveis de escolaridade mais elevada (Tabelas 2 e 4).

TABELA 4
Distribuição das vagas ofertadas por escolaridade
Brasil e Grandes Regiões - 2014 (em %)

Brasil e Grandes Regiões	Analfabeto	Fundamental incompleto	Fundamental completo e médio incompleto	Ensino médio completo e superior incompleto	Superior completo	Sem informação ou declaração	Total	Total (em n ^{os} abs.)
Norte	0,1	12,6	23,4	34,4	1,6	28,0	100,0	109.593
Nordeste	0,8	12,1	23,2	43,4	1,4	19,1	100,0	438.782
Sudeste	0,1	18,7	39,0	33,1	0,6	8,4	100,0	1.358.581
Sul	0,2	19,8	25,0	16,0	0,8	38,1	100,0	543.632
Centro-Oeste	0,1	22,3	26,5	20,6	0,7	29,8	100,0	265.004
Total	0,3	18,0	31,8	30,1	0,8	19,0	100,0	2.715.620

Fonte: MTb. Sine

Elaboração: DIEESE

Além da maior concentração em vagas que exigiam pouca escolaridade, muitas delas destinam-se a empregos que oferecem, em geral, baixas remunerações, além de referirem-se a funções sujeitas a alta rotatividade. A atividade com maior número de vagas no sistema foi a de locação de mão de obra temporária (6,2%). O Sine também foi bastante solicitado para ofertar vagas em atividades que, em geral, encontram-se em setores cujas ocupações são, em grande parte, terceirizadas e, portanto, menos estáveis. Entre as 15 modalidades que mais ofertaram vagas em 2014 estavam: Atividades de teleatendimento, Limpeza em prédios e domicílios, Seleção e agenciamento de mão de obra, Atividades de vigilância e segurança privada e Serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais. Essas cinco atividades juntas foram responsáveis pela oferta de quase 400 mil empregos, ou seja, 14,6% de todas as vagas ofertadas. Mais de um quarto (27,8%) do total de postos de trabalho oferecidos era destinada a uma das seguintes ocupações: Alimentador de linha de produção, Faxineiro, Vendedor de comércio varejista, Operador de telemarketing receptivo ou Servente de obras (Tabelas 5 e 6).

TABELA 5
Classificação das 20 ocupações que mais ofertaram vagas
Brasil - 2014

Posição	Descrição	Em n ^{os} absolutos	Em %
1	Alimentador de linha de produção	256.496	9,4
2	Faxineiro	189.624	7,0
3	Vendedor de comércio varejista	121.866	4,5
4	Operador de <i>telemarketing</i> receptivo	95.167	3,5
5	Servente de obras	92.789	3,4
6	Operador de caixa	89.341	3,3
7	Operador de <i>telemarketing</i> ativo e receptivo	88.549	3,3
8	Atendente de lanchonete	74.331	2,7
9	Auxiliar nos serviços de alimentação	73.232	2,7
10	Repositor de mercadorias	66.574	2,5
11	Porteiro de edifícios	58.204	2,1
12	Auxiliar de escritório	52.983	2,0
13	Pedreiro	51.871	1,9
14	Ajudante de motorista	51.783	1,9
15	Operador de <i>telemarketing</i> ativo	48.485	1,8
16	Atendente de lojas e mercados	44.191	1,6
17	Almoxarife	43.516	1,6
18	Motorista de caminhão (rotas regionais e internacionais)	38.872	1,4
19	Vigilante	38.460	1,4
20	Trabalhador da manutenção de edificações	37.130	1,4
	Total 20+	1.613.374	59,4
	Total	2.715.620	100,0

Fonte: MTb. Sine

Elaboração: DIEESE

TABELA 6
Classificação das 20 atividades que mais ofertaram vagas
Brasil - 2014

Posição	Descrição	Em nºs absolutos	Em %
1	Locação de mão de obra temporária	168.239	6,2
2	Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas	165.826	6,1
3	Atividades de teleatendimento	159.747	5,9
4	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios – hipermercados e supermercados	151.128	5,6
5	Construção de edifícios	89.542	3,3
6	Limpeza em prédios e domicílios	81.534	3,0
7	Seleção e agenciamento de mão de obra	78.111	2,9
8	Abate de suínos, aves e outros pequenos animais	63.358	2,3
9	Atividades de segurança e vigilância privada	45.206	1,7
10	Comércio varejista de outros produtos novos não especificados anteriormente	37.184	1,4
11	Atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente	35.536	1,3
12	Fabricação de açúcar em bruto	34.212	1,3
13	Transporte rodoviário de carga	33.881	1,2
14	Serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais	32.830	1,2
15	Serviços de catering, bufê e outros serviços de comida preparada	32.456	1,2
16	Comércio varejista de artigos de vestuário e acessórios	31.023	1,1
17	Comércio varejista de ferragens, madeira e materiais de construção	26.247	1,0
18	Confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas	26.019	1,0
19	Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral	25.453	0,9
20	Atividades de ensino não especificadas anteriormente	25.370	0,9
	Total 20+	1.342.902	49,5
	Total	2.715.620	100,0

Fonte: MTb. Sine
 Elaboração: DIEESE

ENCAMINHADOS E VAGAS

A razão entre o número de colocados e o número de vagas que receberam encaminhados¹² foi de 46,3%, em 2014. Em outras palavras, a quantidade de vagas preenchidas pelo Sine foi quase a metade da quantidade de vagas ofertadas pelo sistema¹³. No entanto, essa razão varia entre estados e regiões. O estado do Amapá registrou o menor índice (4,8%) enquanto Rondônia e Roraima tiveram uma razão colocados/vagas superior a 100% (147,8% e 122,5%, respectivamente). Ou seja, nesses dois últimos estados, o número de colocados ultrapassou o número de vagas ofertadas com encaminhamento. Entre as regiões, o Sudeste tem a menor razão (33,9%) e a região Norte a maior (62,6%) (Tabela 7).

¹² Foram excluídas as vagas sem encaminhamentos no cálculo da razão entre colocados e vagas. Em 2014, 13,0% das vagas ofertadas não geraram encaminhamentos, o que representa um total de 352.145 vagas.

¹³ Essa razão pode estar subestimada, já que existe a hipótese de que “as empresas que utilizam o Sine, por não terem que pagar pelo serviço, oferecem vagas em número superior ao que na realidade dispõem, apenas para melhor selecionar os candidatos encaminhados” (SALM, 2005, p. 15). Outra possibilidade seria a criação, por parte do empregador, de um registro de candidatos que fique sob sua posse, estimulando a rotatividade em sua empresa. Desse modo, ele seria capaz de, sem precisar utilizar novamente os serviços de intermediação, preencher postos de trabalho que porventura fiquem vagos. Essas hipóteses deveriam ser objeto de estudo, visto que, se realmente há um abuso na utilização dos serviços de intermediação por parte dos contratantes, deve-se levar isso em conta para que os indicadores de eficiência de colocação de vagas não sejam negativamente afetados.

TABELA 7
Razão entre o total de colocados e o total de vagas ofertadas
Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2014 (em %)

Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Razão colocados/vagas
Norte	62,6
Acre	41,6
Amapá	4,8
Amazonas	31,6
Pará	48,1
Rondônia	147,8
Roraima	122,5
Tocantins	46,7
Nordeste	60,2
Alagoas	58,5
Bahia	72,7
Ceará	69,5
Maranhão	81,6
Paraíba	37,5
Pernambuco	37,4
Piauí	15,5
Rio Grande do Norte	24,5
Sergipe	13,0
Sudeste	33,9
Espírito Santo	20,0
Minas Gerais	40,5
Rio de Janeiro	25,2
São Paulo	33,7
Sul	60,1
Paraná	66,8
Rio Grande do Sul	46,5
Santa Catarina	56,3
Centro-Oeste	40,4
Distrito Federal	33,3
Goiás	38,8
Mato Grosso	44,9
Mato Grosso do Sul	48,9
Brasil	46,3

Fonte: MTb. Sine

Elaboração: DIEESE

Obs.: a) Não inclui encaminhados para vagas abertas em anos anteriores; b) Foram excluídas as vagas sem encaminhamentos no cálculo da razão entre colocados e vagas. Em 2014, 13,0% das vagas ofertadas não geraram encaminhamentos, o que representa um total de 352.145 vagas

A razão entre o total de colocados e o total de vagas que receberam encaminhados é maior na faixa etária mais baixa e vai caindo conforme se avança para as maiores faixas

etárias – indo de 51,5%, entre os jovens de 14 a 17 anos, para 43,0%, entre os trabalhadores com 65 anos ou mais. Essa razão também é maior entre os analfabetos e cai conforme se passa para faixas de maior escolaridade (caindo de 79,1%, entre os analfabetos, para 36,7%, entre os trabalhadores com superior completo). Além do mais, a razão entre colocados e vagas é superior entre os trabalhadores que não possuem experiência, em relação aos trabalhadores com experiência (56,9% contra 38,4%)¹⁴. Esses dados indicam que as vagas com mais colocações via Sine são aquelas com menor requisito de idade, escolaridade e experiência. Por outro lado, os serviços de intermediação têm limitações para colocar trabalhadores nas vagas que exigem maior qualificação (Tabelas 8 e 9).

TABELA 8
Razão entre o total de colocados e o total de vagas ofertadas por faixa etária
Brasil e Grandes Regiões - 2014 (em %)

Brasil e Grandes Regiões	14 a 17	18 a 24	25 a 29	30 a 49	50 a 64	65 anos ou mais	Total
Norte	51,0	58,0	62,9	65,2	77,4	104,5	62,6
Nordeste	75,8	65,0	57,6	57,6	62,3	72,3	60,2
Sudeste	43,1	34,8	33,4	33,1	33,1	35,8	33,9
Sul	62,2	63,5	59,5	58,2	52,7	42,4	60,1
Centro-Oeste	32,1	40,6	40,3	40,5	41,4	40,0	40,4
Total	51,5	48,7	45,7	44,8	43,7	43,0	46,3

Fonte: MTb. Sine

Elaboração: DIEESE

Obs.: a) Não inclui encaminhados para vagas abertas em anos anteriores; b) Foram excluídas as vagas sem encaminhamentos no cálculo da razão entre colocados e vagas. Em 2014, 13,0% das vagas ofertadas não geraram encaminhamentos, o que representa um total de 352.145 vagas

TABELA 9
Razão entre o total de colocados e o total de vagas ofertadas por escolaridade
Brasil e Grandes Regiões - 2014 (em %)

Brasil e Grandes Regiões	Analfabeto	Fundamental incompleto	Fundamental completo e médio incompleto	Ensino médio completo e superior incompleto	Superior completo	Total
Norte	111,0	95,8	74,7	50,9	39,9	62,6
Nordeste	98,0	86,6	70,9	54,8	43,5	60,2
Sudeste	43,8	38,4	35,3	32,2	29,4	33,9
Sul	73,0	67,8	62,9	53,8	47,1	60,1
Centro-Oeste	72,1	50,8	41,6	35,3	30,9	40,4
Total	79,1	56,5	49,4	42,0	36,7	46,3

Fonte: MTb. Sine

Elaboração: DIEESE

Obs.: a) Não inclui encaminhados para vagas abertas em anos anteriores; b) Foram excluídas as vagas sem encaminhamentos no cálculo da razão entre colocados e vagas. Em 2014, 13,0% das vagas ofertadas não geraram encaminhamentos, o que representa um total de 352.145 vagas

¹⁴ Conforme Tabela 55 do Livroto da Intermediação de Mão de Obra (DIEESE, 2015d).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O serviço de intermediação de mão de obra do Sine tem potencial para crescimento. Esse serviço ainda é relativamente pouco utilizado pelos trabalhadores mais qualificados, pelos que procuram o primeiro emprego e pelos trabalhadores dos municípios com as menores concentrações populacionais. Cabe salientar que os gastos com serviços públicos de emprego são relativamente baixos no Brasil¹⁵, o que certamente resulta em dificuldades para que o próprio Sine amplie e retenha um quadro de pessoal capacitado¹⁶.

O Sine também tem campo para melhora no atendimento especializado para os grupos de trabalhadores que enfrentam maiores dificuldades de inserção. As mulheres, por exemplo, têm menos chances de serem colocadas pelos serviços de intermediação de mão de obra do que os homens. Além disso, existe potencial para o fortalecimento de parcerias entre o Sine e os programas de assistência social, como o Bolsa Família¹⁷.

A redução do dinamismo econômico e as elevadas taxas de desemprego, com redução no número de postos de trabalho, colocam a captação de vagas como um dos maiores desafios que o Sine enfrentará. O serviço de intermediação do Sine nem sempre é acionado pelos empregadores de forma espontânea e, em geral, os contratantes o buscam visando preencher vagas em atividades que exigem pouca qualificação, que oferecem baixas remunerações, temporárias ou em atividades tipicamente terceirizadas. Uma alternativa para melhorar a qualidade da captação de vagas seria intensificar a prospecção ativa de vagas junto às empresas contratantes¹⁸.

Os dados cadastrais levantados pelo Sistema Mais Emprego podem ser utilizados como subsídio para a compreensão de desequilíbrios entre oferta e demanda de mão de obra. Podem ajudar, por exemplo, no planejamento das políticas de qualificação, adequando a oferta de cursos às competências demandadas pelo mercado. O serviço de intermediação de mão de obra também tem um importante papel de integração das políticas de emprego. Em conjunto, essas políticas podem ser utilizadas para induzir melhoras na estrutura do mercado de trabalho, nas condições de vida dos trabalhadores e no perfil de qualificação da

¹⁵ Essa foi a conclusão de um estudo realizado pelo Banco Mundial, que comparou os gastos com serviços públicos de emprego em diversos países. Para mais detalhes, ver SILVA et al., (2015, p. 115). Em 2014, 0,2% dos recursos do FAT foram alocados para os serviços de intermediação, isto é, R\$ 139 milhões (Tabela 59 do Livro do Mercado de Trabalho (DIEESE, 2015b, p. 101).

¹⁶ Baseando-se em pesquisas de opinião realizadas com os usuários dos serviços de intermediação, a Avaliação Externa do Programa Seguro-Desemprego, realizada a pedido do MTb, concluiu que “o atendimento é burocrático e focalizado na demanda do trabalhador. Não se detecta proatividade na orientação profissional nem a busca de informações adicionais que aumentem as chances de colocação” (MARINHO et al., 2010, p. 187).

¹⁷ Em 2014, foram contabilizados 108,4 mil beneficiários do Bolsa Família entre os inscritos nos serviços de intermediação de mão de obra - Tabela 5 do Livro da Intermediação de Mão de Obra (DIEESE, 2015c, p. 20).

¹⁸ Atualmente a busca ativa de vagas já ocorre pelo telefone e por meio de visitas às empresas.

mão de obra. Ao invés de serem dependentes da dinâmica econômica, as políticas públicas de emprego, trabalho e renda poderiam, desse modo, se conectar às políticas sociais e setoriais e exercer um papel integrado e ativo na promoção do trabalho decente e na estratégia de desenvolvimento com maior justiça social (DEDECCA, 2009).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Sumário executivo CODEFAT: segundo bimestre 2015**. Brasília, DF, 2015a.

_____. **Relatório de Gestão do Exercício de 2014 - FAT**. Brasília, DF, 2015b.

CACCIAMALI, M. C. As políticas ativas de mercado de trabalho no Mercosul. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 55, p. 85-104, 2005.

DEDECCA, C. S. O sistema público de emprego e a estratégia de desenvolvimento. In: MACAMBIRA, J.; CARLEIAL, L. M. F. (Org.). **Emprego, trabalho e políticas públicas**. Fortaleza: IDT, 2009, p. 49-75.

DIEESE. **Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda: intermediação e mão de obra**. São Paulo: DIEESE, 2015d.

DIEESE. **Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda: juventude**. São Paulo: DIEESE, 2015c.

DIEESE. **Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda: mercado de trabalho**. São Paulo: DIEESE, 2015b.

DIEESE. **Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda: seguro desemprego**. São Paulo: DIEESE, 2015a.

DIEESE. **Estratégias de procura do trabalho, uso do seguro-desemprego e qualificação profissional na Região Metropolitana de São Paulo**. São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/analiseped/2008/2008pedespecialsao.pdf>>. Acesso em: em 22 fev. 2016.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO. Funcionamentos e desenvolvimentos recentes da intermediação de mão de obra. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**. Brasília: IPEA, v. 57, p. 45-52, 2014.

GUIMARÃES, N. A. A sociologia dos mercados de trabalho, ontem e hoje. **Novos Estudos**, São Paulo, v. 85, p. 150-171, nov. 2009.

IE-CESIT/UNICAMP. O sistema público de emprego no Brasil: quadro geral e principais desafios. In: CONGRESSO NACIONAL, 2, São Paulo. **Sistema público de emprego trabalho e renda**, São Paulo: MTE; CODEFAT; FONSET, 2005. p. 273-290.

LOBO, V. G.; ANZE, V.. A importância estratégica da política pública de intermediação de mão de obra. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**. Brasília: IPEA, v. 57, p. 53-64, 2014.

MARINHO, D. N. C.; BALESTRO, M. V., WALTER, M. I. M. T. (Org.). **Políticas públicas de emprego no Brasil: avaliação externa do Programa Seguro-Desemprego**. Brasília: Verbis, 2010.

MATTOS, F. A. M.; LIMA, S. S. Apontamentos para o debate do pleno emprego no Brasil. **Economia e Sociedade**, v. 24, n. 2 (54), p. 293-328, ago. 2015.

MORETTO, A. **O sistema público de emprego no Brasil: uma construção inacabada**. 2007. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

SALM, C. Estagnação econômica, desemprego e exclusão social. In: SICSÚ, J.; PAULA, L. F. de; MICHEL, R. (Org.). **Novo-desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social**. Barueri: Manole; Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2005, p. 189-216.

SILVA, J.; ALMEIDA, R.; STROKOVA, V. **Sustaining Employment and Wage Gains in Brazil: A Skills and Jobs Agenda**. Washington, DC: World Bank, 2015.